

1

Introdução

Este trabalho constitui um projeto de pesquisa que tem como objetivo investigar os modos de produção social de subjetividade nas sociedades contemporâneas. Partimos do pressuposto de que os processos de subjetivação são efeitos de tecnologias e práticas de poder, em constante transformação. O exercício dessas práticas produz saberes que as reconfiguram e essas práticas transformadas, geram novos saberes, criando assim uma relação circular ou de implicação recíproca entre saber e poder.

Saber, poder e subjetivação, esses três temas interligados nos remetem às investigações que durante anos foram desenvolvidas por Michel Foucault. É nessa medida que os seus estudos constituem a referência principal e o fio condutor da presente dissertação.

A partir da crítica da teoria jurídico-política da soberania, por meio da análise do poder soberano e de seu funcionamento efetivo, Foucault elaborou um novo método de abordar o poder, a analítica do poder, e uma nova concepção de poder, entendido como relações de forças, e depois como condução de condutas. Essa nova perspectiva metodológica permitiu que ele procedesse a uma análise histórica das diversas configurações e técnicas de poder: na Grécia antiga, nos primeiros séculos do cristianismo, e no período que vai desde o século XVI até o século passado. Vale lembrar, que a análise histórica empreendida por Foucault, tem características peculiares, ela não envolve apenas o conhecimento do passado, ela é sempre uma maneira, um instrumento que permite colocar um problema que concerne ao presente. A história é o desvio, o recuo, a colocação em perspectiva que possibilita traçar um “diagnóstico do presente”. Quais são os dispositivos de poder que determinam os contornos da atualidade? Quais são os modos de subjetivação produzidos pelas novas tecnologias de poder? Que formas de resistência podem ser criadas a partir das tecnologias de poder a que estamos submetidos?

Nessa dissertação, pretendemos retratar parte dessa história, mantendo, no entanto, como horizonte o presente do qual fazemos parte. O primeiro momento

da pesquisa envolve a crítica da teoria jurídico-política da soberania e a elaboração da genealogia e da analítica do poder. Em seguida, é nossa intenção descrever a emergência, nos séculos XVII e XVIII, de um novo regime de poder, contemporâneo da instauração do capitalismo de produção e da industrialização de alguns países da Europa ocidental: o poder disciplinar. Essa nova modalidade se exercia por meio de mecanismos até então desconhecidos, tinha como alvo o corpo e suas forças e como objetivo a extração otimizada dessas forças. O poder disciplinar, ou anatomopolítica do corpo, constitui a primeira face do que Foucault viria a denominar “biopoder”; a biopolítica das populações é sua outra face. O biopoder e a biopolítica serão o tema do capítulo “A genealogia do biopoder”, no qual pretendemos buscar em seus trabalhos os primeiros elementos e articulações que possibilitaram a construção dessas noções. Noções que foram apresentadas explicitamente, mas não desenvolvidas, no curso *Em defesa da sociedade* e no último capítulo de *A vontade de saber*.

Depois de examinar a sociedade disciplinar, seguir seus deslocamentos e transformações até culminar na instauração da biopolítica, do biopoder e de novas formas de governamentalidade, procuramos esboçar os contornos da transição da sociedade disciplinar para a sociedade de segurança ou controle. Essa transição foi sustentada pela transformação das técnicas disciplinares e pela integração destas a novos dispositivos de poder, que viriam constituir o que denominamos ‘sociedade de segurança’.

No último capítulo “Segurança e população”, examinaremos com detalhes as condições que tornaram possível a emergência dos dispositivos de segurança a partir de meados do século XVIII. Estes só puderam surgir, como veremos, articulados a um conjunto de noções como ‘meio ambiente’, ‘naturalidade dos fenômenos’, ‘população’.

Uma pergunta norteou nossa pesquisa: a sociedade de controle, tal como definida por Antonio Negri, Michael Hardt, Gilles Deleuze, e outros, poderia corresponder, pelo menos em seu início, à série proposta por Michel Foucault: mecanismos de segurança, população e governo? Além disso, quais seriam os efeitos da introdução dos mecanismos disciplinares, e mais tarde dos mecanismos de segurança, nos modos de produção de subjetividade?

Buscaremos, ainda, demonstrar se de fato – idéia correntemente aceita na literatura – a sociedade disciplinar e também a sociedade de controle seriam socie-

dades normalizadoras. Qual seria o estatuto da norma, do conceito de norma nesses dois arranjos de técnicas de poder? Tratar-se-ia da mesma norma ou haveria uma especificidade do conceito de norma e de sua ação nesses dois contextos?

Este trabalho pretende abrir caminhos que possibilitem traçar de maneira mais precisa os contornos da atualidade, por meio do estudo das tecnologias de poder que se exercem hoje e das formas de produção de subjetividade delas derivadas. Com isso, acreditamos poder melhor entender o incremento de novas formas de sofrimento e de novas patologias no mundo contemporâneo.